

A REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO

Marília Steinberger
Angela Meneses de Souza e Silva
Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais/UnB

Introdução

Desde os anos 90, as belezas naturais, a religiosidade, a história e a gastronomia dos municípios do Entorno de Brasília constituem reconhecidos atrativos turísticos para os moradores do Distrito Federal. Entretanto, tais atrativos tem sido pouco divulgados para visitantes, de outras partes do Brasil e do mundo, que vem à capital para realizar negócios e conhecer a sua ousada arquitetura. O fato de municípios como Alto Paraíso, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Formosa e Cristalina, serem considerados turísticos, pela EMBRATUR, reforça a relevância de tal questão.

O objetivo do presente "paper" é esboçar os limites de uma "Região Turística de Brasília", a partir de circuitos que liguem a capital, como local de turismo cívico, de negócios e eventos, a alguns municípios onde possam ser desenvolvidas modalidades complementares de turismo.

Neste sentido, o tema será abordado em duas seções. Uma primeira, de caráter predominantemente conceitual, para discutir não só o que se entende por turismo regional, como também o seu significado para Brasília e para os municípios do Entorno. Em seguida, identificam-se os circuitos e apresentam-se dados empíricos sobre seus atrativos a fim de chegar à delimitação preliminar da "Região Turística de Brasília".

1. Em busca de um entendimento sobre "turismo regional"

A necessidade de discutir o que se entende por "turismo regional" justifica-se por razões que estão ligadas ao equivocado uso corrente que se faz desta expressão e à indefinição sobre o que é a região do Entorno de Brasília, área objeto de estudo deste "paper".

Parte-se do princípio de que o entendimento de turismo regional, embora ancorado na noção de turismo e em um conceito básico da Geografia - região, não pode se confundir com nenhum deles e nem muito menos ser a sua somatória. Trata-se de uma expressão nova, de fato calcada no binômio turismo-região, mas que deve merecer um entendimento próprio, fundado em uma relação simultânea e biunívoca. Para chegar a esse entendimento é fundamental realizar uma sucinta exposição sobre cada um de seus termos isoladamente.

A noção de turismo, aparentemente simples, esconde complicadores relativos à heterogeneidade das diversas formas em que se materializa. Forma, entendida aqui, no sentido

proposto por Santos (1985:50) como "aspecto visível de uma coisa" e/ou como "arranjo ordenado de objetos". Turismo, no sentido comum, é considerado como viagem ou excursão feita por prazer a locais que despertam interesse. Esse entendimento genérico tem sido objeto de preocupação de vários autores que se debruçaram em buscar uma definição mais específica. Sem a pretensão de realizar um levantamento exaustivo sobre as muitas definições já existentes, vale aqui citar algumas delas. Trigo (1998) explica que o turismo faz parte de um universo maior denominado lazer, cujo entendimento envolve "toda atividade desenvolvida fora do sistema produtivo, das obrigações sociais, religiosas e familiares." (Trigo, 1998:11) Geiger (2001) também considera que o turismo se identifica como uma atividade de lazer. Entretanto, chama atenção para o fato de que "...cada vez mais as pessoas misturam os momentos de lazer, procurados na viagem de turismo, com momentos em que praticam outras atividades." (Geiger, 2001:60). Knafu (2001) chama atenção para o fato de que a palavra turismo é polissêmica, evocando ao mesmo tempo uma atividade humana e social e todo o aparelho econômico. Em outras palavras ele afirma que:

"...o turismo é uma atividade humana multiforme que se repousa sobre um aparelho econômico heteróclito ... porque sua definição é flu; porque utiliza equipamentos cujo monopólio não lhe pertence (transportes, hospedagens, alimentação, etc.)" (Knafu, 2001:63)

Já Faria & Carneiro (2001) definem turismo como:

"...**processo** completo que vai desde a divulgação correta da imagem do local a ser alcançado, por meios diversos, pelo turista, sua permanência e satisfação, até a sua volta ao local de origem, de modo que a localidade turística permaneça conservada, no longo prazo, para a continuidade do atendimento qualificado, a garantia de uma boa qualidade de vida para a população local e a preservação do meio ambiente envolvido." (Faria & Carneiro, 2001:12) (grifo nosso)

A partir dos anos 90, a emergência do turismo, como atividade capaz de ter maior participação no Produto Interno Bruto e na geração de emprego, levou também o governo brasileiro, a explicitar o seu entendimento sobre turismo. Nesse sentido, a Política Nacional de Turismo, formulada pela Embratur em 1992, adotou a seguinte definição de turismo:

" É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações, compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os **agentes econômicos do turismo**. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita." (grifo nosso)

Quanto ao conceito de região, também apresentam-se a seguir, resumidamente, alguns entendimentos mais recentes. Santos (1985) propôs uma nova conceituação de região.

"Uma região é, na verdade, o locus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado. ...A cada momento histórico...o que se convencionou chamar de região, isto é, um subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades. ...A região se definiria, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença ... de capitais fixos, exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas, e de seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações sociais. ... a região, como lugar de realização de atividades produtivas ...a região e o lugar são funcionais do todo. (Santos, 1985: 66-68)

Mas foi, principalmente, a partir da última década do século XX que o conceito de região vem sendo repensado. Isso porque a sua validade, no âmbito da reestruturação econômica, da integração econômica internacional e do modismo da globalização, tem sido questionado. Gomes (1995) chama atenção para o fato de que alguns autores chegaram mesmo a decretar sua morte nos anos 80, seja devido à homogeneização do espaço ou à uniformização das relações sociais. Entretanto, ele também mostra que "...os movimentos regionais ou regionalistas são em geral vistos como movimentos de resistência à homogeneização, movimentos de defesa das diferenças..." (Gomes, 1995: 71) Isso tem autorizado estudiosos do assunto a afirmar que a velha questão regional está sendo recuperada e atualizada. Vainer (1993) a denomina de "novo regionalismo" definindo-o como:

"... processos de geração de novas **identidades territoriais**, que se associam a estratégias de grupos sociais, configuram espaços simbólicos referidos a práticas econômicas e formas de articulação territorial em diferentes escalas." (Vainer, 1993: 9)(grifo nosso)

Vale aqui apresentar alguns recortes do pensamento do próprio Gomes (1995, op.cit.) ao argumentar que é necessário religar as várias significações de região aos diversos contextos no qual ela serve como elemento-chave, sejam eles contextos políticos, político-institucionais, econômicos e culturais. Além disso, o autor assume que o essencial no caso do conceito de região é " ... o fundamento político, de controle e gestão de um território." (op.cit:73).Para ele: "... na afirmação de uma regionalidade há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial." ... o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade, continua a se manifestar..." "... a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial..." (Gomes, 1995: 50, 72-73)

Estas colocações de Vainer e Gomes, mostram que, nos entendimentos recentes, atrás do conceito de região está o de território. Tal conceito começou a ser mais elaborado, não só no exterior como no Brasil, a partir dos anos 80 conforme ressalta Mesquita (1994):

"A primeira vez que a palavra território aparece no índice remissivo da revista L'Espace Geographique é no ano de 1981, com quatro artigos classificados sob esta rubrica. Porém em 1980 o sueco Malmberg já publicara em inglês o livro Human Territoriality, e Raffestin também trata do tema em Pour une Géographie du Pouvoir neste ano sem esquecer que Gottmann já os antecederam em 1973 com The Significance of Territory e que Sack os sucede em 1986."(Mesquita, 1994:81)

Para apresentar uma breve idéia sobre o conceito de território, lança-se mão do levantamento de Sabourin (2002) que, o apresenta, inclusive, no âmbito de outras disciplinas, além da Geografia. Assim:

" ... território faz referência a gestão de um **espaço governado** (Andrade, 1995). No sentido socioantropológico, Tizon (1995) chama de território "o **ambiente de vida, de ação** e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de **identidade**". Para Abramovay (1998) "um território representa uma trama de relações com **raízes históricas**, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico." Chia, citado por Cirad-Sar (1996), define território como "um espaço geográfico, construído socialmente, marcado culturalmente e **delimitado institucionalmente**." Segundo Cirad-Sar (1996)...território não é um simples suporte físico das atividades econômicas ou um quadro de localização dos agentes. "Ele é um espaço construído histórica e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos **laços de proximidade** e pelo fato de pertencer a esse espaço. O território então é um resultado e não um dado." (Sabourin, 2002: 23)

Com base nas conceituações antes expostas, Sabourin conclui que:

"... fala-se de "construção de territórios" a partir das estratégias de atores envolvidos e de mecanismos de aprendizagem coletiva, quer dizer, a aquisição de conhecimentos, de informações comuns, por meio da prática ou da experiência coletiva." (Sabourin, 2002:23)

Por fim, citando novamente Andrade (1995) o mesmo autor lembra que "deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder...". A esse respeito, Souza (1995:78,79) considera que "o território é, fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder." Além disso, ele assevera que "o território é essencialmente um instrumento do exercício de poder...". Flexibilizando a visão clássica do que é território, calcada em Ratzel e seus seguidores, propõe que território seja entendido como:

"...um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre "nós" (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os insiders) e os "outros" (os de fora, os estranhos, os outsiders)." (Souza, 1995: 86)

Esse campo de forças, segundo Souza, forma-se a partir de relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um espaço social, posto que todo território pressupõe um espaço social. O autor destaca também o caráter de grande mobilidade dos limites territoriais, razão pela qual eles são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas e podem ser mais permanentes ou ter uma existência periódica, cíclica. Mais ainda, para ele, o território em sentido usual pressupõe contiguidade, mas pode-se falar em território descontínuo quando se introduz a idéia de rede, como um conjunto de pontos (nós), conectados entre si por segmentos (arcos), que correspondem aos fluxos (de bens, de pessoas ou informações) que os interligam, ou seja, que costuram os nós e viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos, a exemplo das estradas.

Deve-se à Knafu (2001) o esforço de buscar os vínculos entre o turismo e o conceito de território. Em busca de uma abordagem científica do turismo, ele identificou três fontes de turistificação dos lugares: os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais. Para ele, são os turistas e suas práticas, e não os produtos, que estão na origem do processo de turistificação dos lugares. Sua proposta de análise do turismo a partir de suas relações com o território, tomou como base a existência de três tipos de situação: territórios sem turismo, turismo sem território e territórios turísticos. A primeira situação refere-se ao fato de que, ainda hoje, apesar da turistificação de uma boa parte do espaço mundial, ainda há numerosos territórios sem turismo. A segunda situação é característica de um turismo que não procede da iniciativa de turistas, mas sim de operadoras de turismo que colocam um produto no mercado. Embora esse produto seja localizado e tenha alguma relação com o território, ele não é suficiente para produzir um território turístico, isto é, um território apropriado pelos

turistas. O exemplo mais marcante dessa situação são os Centers Parcs que, segundo ele representam a:

"...forma mais acabada de turismo sem território, isto é, do turismo que se contenta com sítios e lugares equipados, é o turismo fora do solo, quase completamente indiferente à região que o acolhe e onde a extensão planejada nada mais é do que um espaço-receptáculo." (Knafu, 2001:72)

Por fim, a terceira situação é a dos territórios turísticos, "...territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores." (Knafu, 2001:73)

Constatou-se antes que por trás do conceito de região está o de território. Ora, se esta constatação é verdadeira, a abordagem de Knafu fornece um gancho para estender a relação por ele estabelecida, entre turismo e território, de maneira a envolver a relação turismo e região.

Corriqueiramente a expressão turismo regional evoca o conjunto de atividades turísticas que, de maneira incipiente ou consolidada, estão assentadas em uma região pronta, já existente, que as precedeu. Evoca também os planejadores que, com a intenção de promover o turismo, geralmente, fazem referência a uma região pré-definida. Fazem referência a um turismo que pode vir a acontecer na região x, y ou z, ou seja, à possibilidade de localizar atividades turísticas em um espaço dado, relativamente extenso, que se convencionou chamar de região. Assim, parece que a região pode existir antes da construção de seu território, independente de quem ou do que lhe dá sentido. Parece vazia, oca, despida de conteúdo.

Tomando como base a idéia de que território é espaço apropriado por agentes/atores, campo de forças carregado de identidade, o turismo regional deve necessariamente partir do reconhecimento de uma identidade territorial turística que enseja a delimitação de uma região. Portanto, o processo de turistificação praticado por agentes/atores antecede a região e não o contrário.

Em função disso, pode-se perguntar: existe uma "Região Turística de Brasília", ou em outras palavras, é possível reconhecer um território turístico construído a partir da influência de Brasília. Como ele surgiu? Quem o inventou? Com que motivação e que poder?

Em linhas gerais, pode-se afirmar que alguns municípios do Entorno de Brasília transformaram-se em territórios turísticos, não por obra do Estado, mas por obra dos moradores do DF que, principalmente, a partir do início dos anos 90, o inventaram se apropriando cada vez mais intensivamente de seus atrativos.

A motivação para tal não é suficientemente clara, o que leva a pensar em algumas hipóteses não excludentes. Até os anos 80, o ponto de partida do turismo de Brasília era o

aeroporto e a rodoferroviária, que fazem as ligações distantes. A presença, cada vez maior, de uma população brasiliense e jovem, aliada à crise econômica, mudaram esse quadro. Foi necessário encontrar uma opção mais próxima e mais viável em termos financeiros. E os municípios do Entorno estavam ao seu alcance. Além disso, até bem recentemente no Brasil considerava-se o turismo como uma atividade ligada ao litoral. A valorização do ecoturismo, do turismo de aventura e do turismo rural trouxe a valorização do interior.

Ao mesmo tempo, ano a ano, Brasília foi se impondo como centro político de comando de tomada de decisões e, com isso, vem atraindo uma considerável população flutuante que pratica o turismo de negócios e eventos. Essa população passa pelos hotéis da capital, em média, durante 2 a 3 dias por semana. Mas a sua estadia não precisa necessariamente ser rápida. Há que identificar que região é essa que os brasilienses já descobriram e que os visitantes de fora também podem vir a descobrir.

2. A delimitação da "Região Turística de Brasília"

O conjunto de municípios localizados em torno do quadrilátero do Distrito Federal (DF), já recebeu denominações e delimitações distintas, conforme relata Steinberger (2003):

"É muito comum ouvirmos falar de *região do entorno*. A expressão é carregada de um sentido negativo e equivocado, pois se refere geralmente aos municípios localizados na periferia do DF que estão prontos para sugar o que aqui há de bom. Estigmas à parte, o fato é que, quando se fala de entorno, cada vez mais temos que perguntar: de que entorno está se falando? Existem pelo menos seis delimitações, cada uma com objetivos diferentes.... As primeiras são da década de 1970: a Região Geoeconômica e a Região da AMAB. Todas as demais são da década de 1990, a começar pela utilizada no ZEE do entorno elaborada pelo IBGE/GO em 1994, seguida pelo Aglomerado Urbano de Brasília definido pelo NEUR-UNB/IPEA em 1997, pela Região Integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) em 1998 e, por último, da mesoregião de Águas Emendadas, proposta pela Secretaria de Políticas Regionais e encampada pelo Ministério da Integração Nacional em 2000." (Steinberger, 2003:294)

Das seis delimitações acima citadas, até o momento, três foram utilizadas apenas para fins de estudos, a saber, a do ZEE do Entorno, a do Aglomerado Urbano e a de Águas Emendadas. Sobre as demais, vale registrar em que contexto foram criadas. O entorno do DF foi, inicialmente, preocupação do Governo Federal que, com o objetivo de conter os fluxos migratórios para Brasília e redirecionar parte deles para uma região circunvizinha, criou em 1975, o PERGEB - Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, envolvendo 88 municípios. Entretanto, logo verificou-se que esta região era por demais extensa e que muitos de seus municípios praticamente não tinham contato com o DF. A partir dos anos 80, a delimitação da área de influência de Brasília, foi objeto de três propostas:

- em 1981, o IBGE definiu a "Microrregião 12 do Estado de Goiás/Entorno do DF", denominação que se deveu ao fato de incluir 12 municípios;

- em 1989, os 12 Prefeitos dessa microrregião reuniram-se e criaram a AMAB - Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília que, atualmente conta com 42 municípios e abrange 96.036 Km², representando 17 vezes a área do DF; e

- em 1998, surgiu a RIDE - Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, sancionada pela Lei Complementar n.º 4 de 19 /2/98, com o objetivo de promover atividades econômicas regionais e ampliar seus serviços públicos essenciais. Compõe-se de 22 municípios, sendo 18 pertencentes ao Estado de Goiás e 2 ao de Minas Gerais, além do Distrito Federal. Apesar de seus municípios estarem ligados à unidades da federação autônomas, na sua maioria, eles são dependentes econômica e socialmente do DF no que se refere à assistência médica, geração de empregos, abastecimento, educação, segurança e lazer.

Paralelamente a essas delimitações, em 1995, no âmbito do PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo, a Embratur classificou alguns municípios do Entorno como turísticos (Alto Paraíso, Corumbá de Goiás, Formosa, Luziânia e Pirenópolis) e outros como de reconhecido potencial turístico (Cocalzinho de Goiás, Cristalina e Planaltina de Goiás). Com a recente criação do Ministério do Turismo, este programa está sendo substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo. Apesar da predominância do enfoque regional em detrimento do municipal, o novo programa, em discussão, por meio de oficinas constituídas nos vários estados e no DF, também utiliza como referência a classificação do PNMT.

Esta iniciativa reforça a oportunidade de se pensar em uma Região Turística comandada por Brasília e, além disso, questionar até que ponto as delimitações existentes atendem a essa finalidade, uma vez que, no mínimo, seria preciso ajustar seus objetivos de forma a priorizar o turismo.

Nesse sentido, levando em conta a expressiva demanda turística já existente por parte dos moradores do DF, considerou-se que Brasília deve ser o ponto de partida para se propor uma Região Turística. Cabe destacar que, embora não existam dados organizados e sistematizados sobre o fluxo da demanda turística de Brasília em relação aos municípios do Entorno, as autoras do presente "paper", que residem em Brasília há mais de 20 anos e conhecem os hábitos e as opções de lazer da população do DF, estão admitindo que a "demanda expressiva" é um fato.

Assim, a proposta, a seguir apresentada, foi construída com os seguintes critérios:

- conhecimento prévio da mencionada demanda;
- identificação de atrativos turísticos relevantes nos municípios próximos ao DF tais como patrimônio histórico, belezas naturais e festas folclóricas ou religiosas; e

- utilização do traçado dos principais eixos rodoviários de saída de Brasília (cerca de 200 km podendo chegar a aproximadamente 300 km).

Com base nestes critérios definiram-se quatro circuitos turísticos:

I) Brasília→Cocalzinho de Goiás→Corumbá de Goiás→Pirenópolis, via BR-070, oferece ecoturismo, turismo rural, gastronômico, cultural e religioso;

II) Brasília→Luziânia→Cristalina, via BR-040, oferece ecoturismo, turismo rural e de compras;

III) Brasília→Planaltina→Formosa→Alto Paraíso, via BR-010+BR-020, oferece ecoturismo, turismo religioso, esportivo, místico e de eventos; e

IV) Brasília→Unai→Buritis, via BR-251, onde é possível praticar ecoturismo, turismo rural e cultural.

A descrição dos principais atrativos turísticos a serem encontrados em cada um dos circuitos indicados, bem como as suas peculiaridades, mostra a complementaridade com turismo existente em Brasília, o de eventos e negócios. Ao mesmo tempo, permite sugerir o tempo mínimo de permanência que o turista deverá despender, levando em conta a distância. Assim:

- Circuito 1 - No município de Cocalzinho, a 110 km de Brasília está localizada a Gruta de Ecos, com 1.350 m. de galeria. A sede de Corumbá de Goiás, situada a 128 km de Brasília, é uma cidade histórica que surgiu em 1730 em função da exploração do ouro, onde pode-se desfrutar de belezas naturais, como a cachoeira Salto de Corumbá, e de hotéis-fazenda. Pirenópolis, localizada a 139 Km de Brasília, conta com cachoeiras, trilhas, visitas aos casarões coloniais do centro histórico, uma vez que a cidade, tombada como Patrimônio Histórico Nacional, foi fundada em 1727 por bandeirantes. Além disso, Pirenópolis é reconhecida por sua gastronomia, que mantém a tradição da culinária goiana, e pela tradicional festa do Divino Espírito Santo, com as Cavalhadas. Este circuito pode ser feito em um fim de semana.

- Circuito II - Em Luziânia, cidade fundada em 1746, durante o período de mineração, localizada a 58 km de Brasília, ainda se conservam algumas antigas fazendas que estão se transformando em clubes campestres, pesque-pagues e pousadas, abrindo a possibilidade de praticar o Turismo Rural. O município também possui atrativos históricos e ecológicos. A grande atração da cidade de Cristalina é a produção de cristais de rochas e a lapidação de pedras preciosas e semipreciosas, podendo-se visitar o Centro Mundial dos Cristais à margem da rodovia, local de venda de cristais. Cristalina oferece também belezas naturais, como a

Reserva Particular do Patrimônio Natural Linda Serra dos Topázios, localizada a 8 km da cidade. Este circuito pode ser realizado em 1 dia.

- Circuito III - Planaltina é a primeira cidade deste percurso e dista 56 km de Brasília. Fundada em 1790, tem sua história ligada no contexto econômico pós-mineração. Em Planaltina estão localizados o Vale do Amanhecer, uma das mais impressionantes manifestações de sincretismo religioso do país, e o Morro da Capelinha, local onde ocorre a Via-Sacra, em teatro aberto. Formosa, situada a 80 km do DF, foi fundada em 1843, e já faz parte do calendário do campeonato de parapente. O município também é reconhecido pelo Complexo Turístico do Itiquira, com uma queda d'água de 168 metros, além de outros atrativos naturais, que o levam a ser reconhecido para turismo ecológico. Alto Paraíso, localizado a 325 Km de Brasília, permite praticar uma variedade de modalidades de turismo, cabendo destaque para o místico e o ecológico, uma vez que lá encontra-se a entrada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Este circuito completo exige uma permanência mais longa de uma semana.

- Circuito IV - Em meados do século XVIII, iniciou-se o povoamento da área envolve os municípios mineiros de Unai e Buritis. O primeiro, a 180 km de Brasília, destaca-se pela pecuária e produção de grãos, embora o turismo rural e o ecoturismo estejam em plena ascensão. Em Buritis, localizado a 207 km de Brasília, também predomina a produção de grãos, além da fabricação de produtos alimentícios e bebidas. Entretanto, possui grande potencial turístico, em função de sua paisagem natural e de seu patrimônio histórico. Esse circuito pode ser realizado em um fim de semana.

Alem dos municípios citados nos circuitos, por possuírem atrativos turísticos, outros que se encontram no seu caminho, aqui denominados de "*municípios de passagem*", também estão incluídos na delimitação da "Região Turística" proposta, a saber: Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Cabeceiras e Cabeceira Grande.

Face ao exposto, sugere-se que a "Região Turística de Brasília" envolva todo o território do Distrito Federal e mais 16 municípios: Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho de Goiás, Corumbá, Pirenópolis, Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Luziânia, Cristalina, Planaltina, Formosa, Alto Paraíso, Cabeceiras, Cabeceira Grande, Unai e Buritis.

De fato, quando se analisam os programas de turismo dos governos estaduais de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal, além da própria delimitação da RIDE, antes descrita, verifica-se que, por um lado, há alguns pontos de coincidência com a proposta ora formulada e, por outro lado, algumas gestões a serem realizadas. Goiás definiu um roteiro turístico com 4 "Caminhos": o da Biosfera (que inclui Brasília, Planaltina, Formosa, Alto Paraíso), o do Sol,

o do Ouro (que inclui Pirenópolis e Corumbá de Goiás) e o das Águas. Já o Governo de Minas Gerais, definiu seu programa de turismo em 21 “Circuitos”. Entretanto, em nenhum deles, nem mesmo no Circuito do Cerrado, estão incluídos os municípios de Buritis e Unaí, apesar de possuírem belezas naturais e serem objeto de visitas dos jovens de Brasília para a prática do ecoturismo. Por fim, o Governo do Distrito Federal, embora não tenha um programa de turismo, possui uma página na internet, onde constam como atrativos os seguintes segmentos: monumentos e pontos turísticos, museus, ecoturismo e religião. É curioso observar que, no segmento referente ao ecoturismo e religião, inclui os municípios de Pirenópolis, Alto Paraíso, Cristalina, Formosa, Corumbá e Planaltina, como opção de turismo para a Capital Federal.

Com relação à RIDE, cumpre ressaltar que, com exceção de Alto Paraíso, todos os demais municípios incluídos na "Região Turística de Brasília", aqui proposta, também fazem parte RIDE. Entretanto, há municípios pertencentes a RIDE que não estão envolvidos nos circuitos propostos: Vila Boa, Abadiânia, Alexania, Padre Bernardo, Mimoso, Água Fria. Dessa maneira, pode-se dizer que a RIDE não é uma região totalmente turística, mas uma região predominantemente turística. Este fato tem sido reconhecido em algumas iniciativas do Poder Legislativo do DF, a exemplo do Projeto de Lei 996/2003, em tramitação na Câmara Legislativa, que pretende estimular a articulação do turismo entre o DF e os municípios pertencentes a RIDE, por meio de um roteiro que resgata a Missão Cruls, responsável pela demarcação de um quadrilátero bem mais amplo que o DF, e semelhante ao que atualmente representa a RIDE. Este PL, propõe:

"Art. 1º - Fica criado o roteiro ecoturístico, religioso e cultural da Missão Cruls, no âmbito do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno - RIDE.

Parágrafo 1º - O roteiro Missão Cruls coincidirá com o trajeto original da Missão de 1892, integrando o Distrito Federal e as cidades componentes da RIDE, por meio do turismo.

Art. 2º O Roteiro Missão Cruls tem as seguintes finalidades:

I – estimular, articular, integrar e desenvolver as diversas modalidades de turismo, bem como a integração entre elas, no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE - em particular: peregrinações; caminhadas; trilhas em motos, carros e bicicletas; cavalgadas; folclore; e artesanato."

Acredita-se que, com o desenvolvimento do turismo, os municípios do entorno de Brasília poderão ser beneficiados com investimentos em infra-estrutura receptiva, na melhoria das condições de acesso aos pontos turísticos, na recuperação do patrimônio histórico, na preservação ambiental, no saneamento básico, na implantação e melhoria dos equipamentos urbanos e na capacitação de recursos humanos. Entretanto, tais iniciativas requerem uma atuação conjunta entre seus projetos e as diretrizes nacionais e regionais de desenvolvimento turístico e, além disso, importam em uma efetiva integração com órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, e a participação de órgãos não governamentais e empresas privadas.

Uma união entre Brasília, considerada Patrimônio da Humanidade, uma cidade moderna, totalmente construída e sede do Governo Federal, e os 16 municípios citados com suas histórias de colonização que remontam ao século XVIII, recursos naturais reconhecidos, gastronomia variada, religiosidade e misticismo, será um elo de ligação entre o passado e o presente, o moderno e o tradicional, a arquitetura dos homens e a arquitetura da natureza. Um resgate da nossa história.

Bibliografia (por autor, documento governamentais, leis e sites da Internet)

- Faria, Dóris S. & Carneiro, Kátia S. (2001). Sustentabilidade ecológica no turismo. Brasília: Editora UnB
- Geiger, Pedro P. (2001). Turismo e espacialidade. In: Adyr B. Rodrigues, Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Ed. Hucitec, 3ª ed., pp. 55-61
- Gomes, Paulo Cesar C. (1995). O conceito de região e sua discussão. In: Iná Elias de Castro et ali, Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, pp. 49-76
- Knafou, Remy (2001). Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: Adyr B. Rodrigues, Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Ed. Hucitec, 3ª ed., pp. 62-74
- Mesquita, Zila (1994). Um auxílio à pesquisa: bibliografia internacional seletiva sobre território e conceitos afins (1970-1991). Rio de Janeiro: Cadernos Geociências, n.10, janeiro, pp. 79-106
- Sabourin, Eric (2002). Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Eric Saubourin & Olívio Alberto Teixeira, Planejamento e Desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, pp. 21-37
- Santos, Milton (1985). Espaço & Método. São Paulo: Ed. Nobel
- Souza, Marcelo José L. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Iná Elias de Castro et ali, Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, pp. 77-116
- Steinberger, Marília (2003). O zoneamento ecológico-econômico como instrumento geoestratégico para o Distrito Federal. In: Aldo Paviani & Luiz Alberto Gouveia (orgs), Controvérsias Ambientais. Brasília: Ed. UnB
- Trigo, Luiz G.G. (1998). Turismo básico. São Paulo: Ed. Senac/SP
- Vainer, Carlos B. (1993). A questão regional no Brasil: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo, 15 p.

- Embratur (1995), Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Brasília: (mimeo), 31 p.
- Embratur (1992). Política Nacional de Turismo. Brasília: (mimeo)

- Projeto de Lei nº 996/2003, de autoria do Deputado Augusto de Carvalho da Câmara Legislativa do Distrito Federal

- Site oficial de turismo do Governo de Goiás: <http://www.agetur.go.gov.br>
- Site oficial de turismo do Governo de Minas: <http://www.descubraminas.com.br>
- Site oficial da Secretaria de Turismo do Governo do Distrito Federal: <http://www.setur.df.gov.br>